

Governo decide suspender adoção do novo ensino médio



Estudantes protestam contra o novo ensino médio na avenida Paulista, em São Paulo. Bruno Santos - 15.mar.23 / Folhapress

Pressionado, governo decide suspender novo ensino médio

Portaria com alterações também vai sustar reforma do Enem prevista para 2024

Paulo Saldanha e Isabela Palhares

BRASÍLIA E SÃO PAULO — Pressionado por críticas crescentes de educadores e estudantes, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai suspender a implementação do novo ensino médio. Uma portaria deve ser publicada nos próximos dias com a alteração do cronograma para as mudanças.

O texto também vai sustar a reforma do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) prevista para 2024, e adiar o exame a novo formato da etapa final da educação básica. O Enem é a principal porta de entrada para o ensino superior público no país.

Essa suspensão ocorrerá, inicialmente, no período previsto para a consulta pública sobre o tema. Iniciada em março, a consulta tem 90 dias de duração, com possibilidade de prorrogação de mais 30 dias para o MEC (Ministério da Educação) elaborar um relatório que vai definir o futuro da política.

A alteração do cronograma não anula a reforma, mas tira a obrigatoriedade das re-

des de ensino de continuarem processo de implementação durante esse tempo, na avaliação de integrantes da equipe do MEC. Na prática, as aulas para os estudantes que já estão sob as novas regras não devem sofrer mudanças, mas as escolas terão autonomia para avançar ou não com as adaptações, que vêm sendo alvo de críticas e de protestos.

O novo modelo de ensino médio começou para os alunos do 1º ano em 2022, e o calendário atual, que deve ser anulado, prevê implantação para o 2º ano em 2023 até chegar ao 3º em 2024.

A mudança no prazo foi a saída encontrada pelo governo para acalmar os ânimos dos críticos e evitar maiores impactos à imagem do governo e do presidente Lula. Uma revogação total da medida dependeria de atuação do Congresso, por ter ocorrido por lei, mas a alteração no prazo é possível porque o cronograma foi definido por outra portaria, de julho de 2021.

A principal consequência imediata da decisão recai sobre o Enem. O exame conti-

nuará em 2024 com o formato atual, e não será reformulado como estava previsto.

Em entrevista ao jornal Diário do Nordeste, o ministro da Educação, Camilo Santana, disse que será suspensa

“Suspender ou revogar a lei do novo ensino médio significa que é preciso ter alguma proposta para colocar no lugar do que temos. E até agora não há nada. Então, vamos voltar ao que tínhamos antes? Para um passado que não funcionava?”

Vitor de Angelo presidente do Consed

“qualquer mudança no Enem em relação a 2024 por conta dessa questão do novo ensino médio”. Questionado sobre detalhes da medida, o MEC não respondeu.

Apesar da pressão, Camilo se opõe à revogação do novo ensino médio. Ele defende ajustes no modelo e que a demolição da medida seria um retrocesso.

A portaria com a suspensão tem audiência da equipe próxima ao presidente Lula. A avaliação do Palácio do Planalto é de que o governo tem sofrido desgastes exagerados ao manter a reforma, sobretudo entre estudantes

—os jovens não representam uma base consolidada de apoio ao presidente por que não viveram os anos dos dois mandatos de Lula.

O novo ensino médio foi aprovado em 2017, a partir de medida provisória (que acelera a tramitação legislativa), e prevê a organização da grade horária em duas partes.

Pelas novas regras, 60% da carga horária dos três anos do ensino médio são compostos por disciplinas regulares, comuns a todos os estudantes.

“Quando fizemos essa integração na Bahia, ficou evidente como não faz sentido debar de somar os saberes da rede estadual e das redes municipais”, ela diz. “Uma professora não contou que trabalhava em uma escola estadual e que havia uma municipal na frente. Apesar dessa proximidade, as capixes de uma e de outra não trocavam experiências.”

Além de se voltar ao novo ensino médio, os programas de formação continuada no país devem, na avaliação de Amado, ter como uma das prioridades a alfabetização, especialmente considerando os prejuízos à essa fase da educação causados pelo prolongado fechamento das escolas na pandemia. Para isso, na opinião da diretora do MEC, é preciso mapear boas experiências de recuperação da alfabetização que já existem no país, de forma localizada, e atuar para que sejam disseminadas.

Entenda o novo ensino médio

O que é

Política aprovada em 2017, por medida provisória, durante o governo Michel Temer (MDB), definiu que parte da carga horária seria escolhida pelos estudantes para que pudessem aprofundar os conhecimentos na área de maior interesse

Estrutura

Ampliou o número de horas de aulas anuais obrigatórias para a etapa, passando de 800 para ao menos 1.000. Assim, a carga horária comuns, na prática, o teto reduziu o tempo dedicado exclusivamente para disciplinas como matemática, português, história e geografia

Limitações

Ao longo dos três anos da etapa, o tempo dedicado às disciplinas tradicionais não pode ultrapassar 1.800 horas. Como antes as escolas tinham 2.400 horas para distribuir as aulas das matérias comuns, na prática, o teto reduziu o tempo dedicado exclusivamente para disciplinas como matemática, português, história e geografia

Definição de itinerários e disciplinas

A lei diz que as redes de ensino têm liberdade para definir quais itinerários e disciplinas querem criar, desde que estejam dentro de uma das cinco áreas do conhecimento

Para quem vale

Todas as escolas públicas e privadas do país. Cerca de 7 milhões de estudantes foram impactados com a política, a maioria em escolas (cerca de 85%) estão matriculados em escolas das redes estaduais de ensino

Prazos

A lei estabeleceu um prazo de cinco anos para as redes de ensino se prepararem, seguindo o seguinte cronograma:

- 1º ano do ensino médio em 2022
- 2º ano em 2023
- Todos os três anos da etapa até 2024

Muitas redes, no entanto, começaram a implementação antes, como a de SP que iniciou o processo em 2021

Os outros 40% são destinados às disciplinas optativas dentro de grandes áreas do conhecimento, os chamados itinerários formativos.

A implementação do novo formato se tornou obrigatória em 2022 e tem registrado uma série de problemas. Os estudantes reclamam, principalmente, de terem perdido tempo de aula de disciplinas tradicionais. Há casos de conteúdos desconectados do currículo e de falta de opções para os estudantes.

A suspensão não agrada a secretários estaduais de Educação, que argumentam ter realizado trabalho importante para estruturar o novo modelo. Mais de 80% das matrículas do ensino médio estão nas redes estaduais.

Vitor de Angelo, presidente do Consed (órgão que reúne os dirigentes estaduais de Educação), disse que a entidade se mantém favorável à continuidade da política. Para ele, a suspensão é uma medida radical, que pode desperdiçar o investimento de recursos financeiros, humanos e de tempo empenhados pelas redes para colocar o modelo em prática.

“Suspender ou revogar a lei do novo ensino médio significa que é preciso ter alguma proposta para colocar no lugar do que temos. E até agora não há nada. Então, vamos voltar ao que tínhamos antes? Para um passado que não funcionava? Não existe vazão na educação, suspender, sem ter proposta, significa voltar ao modelo antigo que não funcionava”, diz.

Desde o início deste ano, estudantes, professores e especialistas da área cobram do governo Lula a revogação do novo ensino médio. A reivindicação motivou um protesto em 15 de março, em uma primeira rusga de entidades estudantis com a gestão petista.

Criados com o objetivo de dar aos jovens a opção de escolher uma área para aprofundar os estudos, os itinerários do novo ensino médio estão, na prática, sendo impostos e até mesmo sorteados entre os estudantes nas escolas estaduais do país, como mostra a Folha.

Por falta de professores, espaço físico, laboratórios e turmas lotadas, as escolas não conseguem atender a opção feita por todos os alunos e acabam por colocá-los para cursar os itinerários disponíveis. Sem ter a escolha respeitada, os estudantes têm 40% das aulas do ensino médio em áreas que não são as de seu interesse.

A consulta pública instituída pelo MEC prevê audiências públicas, oficinas de trabalho, seminários e pesquisas nacionais com estudantes, professores e gestores escolares sobre a experiência de implementação do novo ensino médio em todos os estados.

Mudanças demandam formação continuada, diz diretora do MEC

Laura Mattos

SÃO PAULO — Os professores precisam receber cursos de maneira continuada para colocar em prática o novo ensino médio, na opinião da diretora de formação de docentes do Ministério da Educação.

Cybele Amado, 55, que assumiu no MEC a função de atuar em políticas de capacitação dos educadores, é reconhecida por ter realizado um projeto de formação continuada de professores e gestores da rede pública na Chapada Diamantina, na Bahia. O programa teve início nos anos 1990, recebeu prêmios e se tornou referência.

Para Amado, a formação continuada é essencial para que os professores estejam aptos a atuar no novo ensino médio, que está em vigor no país desde o ano passado e vem enfrentando uma série de críticas por meios de educadores e estudantes.

Aprovado em 2017, durante o governo Temer, o novo modelo reorganiza a grade curricular. Agora, os alunos têm uma formação básica comum e optam por um currículo específico, os itinerários formativos. Essa parte ocupa 40% da grade e traz cinco opções: ciências da natureza; linguagens; ciências humanas e sociais; matemática; e formação técnica e profissional.

A política tem despertado críticas, como as de que o modelo ignora a falta de professores e de estrutura do ensino público no país.

Amado afirma entender que sejam necessários ajustes ao formato, mas defende que “a reforma é importante”.

“Não podemos manter o antigo ensino médio com os resultados que ele nos trouxe”, afirma a pedagoga à Folha. “Mas é fundamental que haja formação continuada dos professores para os avanços

do ensino médio e de suas novas propostas.”

Nascida em Salvador, a pedagoga tornou-se uma grande defensora da necessidade de se oferecer formação conti-

“Não podemos manter o antigo ensino médio com os resultados que ele nos trouxe. Mas é fundamental que haja formação continuada dos professores para os avanços do ensino médio e de suas novas propostas”

Cybele Amado diretora do MEC

nuada para os educadores. “A formação continuada é um direito do professor e um dever do Estado, e seu papel é manter a reflexão cotidiana dos temas contemporâneos”, afirma.

Em 2019, assumiu, na Bahia, a diretoria do Instituto Anísio Teixeira, órgão ligado à Secretaria de Educação do Estado que é responsável por cursos de formação para professores. Foi quando desenvolveu um programa de capacitação que integrou docentes da rede estadual e das escolas municipais.

A experiência serve de base a dois dos principais objetivos de Amado no MEC: o de fomentar a criação de órgãos específicos para a formação continuada de professores, ligados às secretarias estaduais de educação, e o desenvolvimento de programas que integrem professores e gestores das redes estaduais e municipais de ensino.

Amado também acredita que a formação continuada seja importante para desenvolver nos docentes a capacidade de trabalhar com a educação midiática. O termo diz respeito a práticas que levem os alunos a manter uma relação saudável com os meios digitais, com uma leitura crítica desse universo, capaz, por exemplo, de detectar e de combater as fake news. Para ela, as faculdades que formam professores no país ainda não os preparam para atuar nessa que se tornou uma das frentes prioritárias da educação, inclusive por determinação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

“É preciso fornecer aos educadores as ferramentas que ajudem seus alunos a desenvolver uma relação saudável e ética com a internet, a entender o poder dos algoritmos, a força das redes sociais, a reconhecer e a combater a desinformação.”

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano **Caderno:** B **Página:** 1